

## Cultura e Investimento Público

### Cristina Correia (\*)

A História ensina-nos que quando há um momento de aperto económico, a cultura é a primeira a levar com o machado - o que levanta geralmente poucas vozes dissonantes. Nos tempos que correm, uma conversa que se levante sobre cortes no sector cultural tende a desembocar mais cedo ou mais tarde no argumento “porquê gastar o dinheiro dos contribuintes num espectáculo quando se pode pagar um enfermeiro?”.

O dilema tem tanto de injusto como de desarmante. É um detonador de conversa que inquina a mais bem-intencionada tentativa de debater com seriedade o investimento na cultura. Ninguém vai argumentar que se cortem ambulâncias para pagar a Companhia Nacional de Bailado. E vai ganhando terreno um discurso de desvalorização da cultura, e uma viragem para um contexto em que o económico se apodera da linguagem e dos discursos.

A despesa pública na cultura é sempre controversa, até porque envolve conceitos de grande subjectividade. Mas sejamos honestos: quem se opõe ao financiamento público à cultura tem pouco de que se queixar. No Orçamento de Estado, a maior quebra é (pois então) na cultura, cabendo-lhe menos 22,7%. Engolida na voragem económico-financeira, a meta do 1% fica ainda mais longe, à boleia de um Ministério que se fez Secretaria de Estado sem assento em Conselho de Ministros. O investimento financeiro na cultura é baixíssimo: 0,56% dos impostos que pagamos, ou seja, cerca de 19€ por português por ano, directos e indirectos. Entretanto, os municípios - que têm sucessivamente assumido responsabilidades nesse campo, imputando à cultura partes significativas dos seus orçamentos, dotando o país de uma rede descentralizada de equipamentos culturais de referência, investindo na profissionalização, apoiando estruturas artísticas - vivem uma situação dramática com a quebra violenta de receitas próprias, o que veio deixar o sector ainda mais desprotegido. No Algarve a situação é ainda mais alarmante: de uma forma geral, as câmaras perderam 300 milhões de impostos em 4 anos. Em Portimão, onde vivo e trabalho, a quebra de receitas próprias atinge os 55%.

Perante este cenário, como defender o investimento na cultura?

Desde logo, combatendo argumentos económicos com outros que tais: é falso quando se diz que é um sector economicamente marginal. De acordo com um estudo de Augusto Mateus, o sector cultural e criativo empregava antes da crise se abater quase 130 mil pessoas e representava 2,8% da riqueza gerada no país (incluindo rádio e televisão). É um sector jovem com níveis de qualificação e produtividade superiores à média nacional. Sucessivos estudos revelam que a cultura cria retornos significativos, quer em crescimento económico como de emprego. Não deve chocar ninguém que se invista dinheiro público num sector que cria emprego. Este princípio é claro para a UE, que perante a evidência de que 3,5 a 4% do produto interno europeu está associado às indústrias criativas e culturais, afectou à cultura 400 milhões de euros do seu orçamento para 2007-2013. Não creio que passe pela cabeça de alguém que a UE seja uma instituição de caridade; estão a fazer um investimento calculado, do qual esperam o devido retorno.

Mas o valor da cultura não se esgota no seu potencial retorno mercantil. O sector cultural tem uma lógica própria que não a do proveito económico, mas, sobretudo, a da rentabilidade cívica e cultural. A verdade é que as externalidades só funcionam se os projectos culturais tiverem sentido por mérito próprio. O objectivo de impacto por si só não é medida de sucesso, e sem valor intrínseco, o sentido, não se colhem externalidades. A defesa do investimento na cultura passa então pelo reconhecimento do seu valor intrínseco, com a convicção de quem defende o que é contributo de civilidade e desenvolvimento humano.

Citando Michael Boder, “não se fecham escolas por não haver dinheiro para as pintar”. Podemos debater cortes e reduções, diminuir o peso das estruturas nos custos de operação, mas, porque de legitimização aqui se trata, vale a pena lembrar que perdemos a legitimidade

se pararmos de criar, de programar, de representar, de escrever. É a nossa razão de existir. Uma instituição cultural sem programação, uma companhia que não encena, uma orquestra que não toca, elimina a sua razão de ser, passa a existir para se perpetuar e torna-se num circuito fechado. E mata também a sua fonte de receita, divorciando-se da comunidade e fechando-se a ela. O público deixa de ter motivo para a frequentar, apoiar e legitimar.

Defendo o investimento na cultura precisamente por estarmos em tempos difíceis. A cultura e as artes confortam. Promovem coesão social e sentimentos de pertença comunitária, absolutamente essenciais em alturas de tumulto social e dissensão. Estimulam e provocam novas formas de pensar e novas ideias – e sem criatividade não se sai da crise. Os momentos de crise podem ser catárticos, obrigando-nos a questionar modos de trabalho, fórmulas, práticas instaladas. Ao estimular reflexões sobre a actualidade e olhares críticos sobre todas as dimensões do humano, a cultura qualifica e capacita o ser humano.

Se estivermos atentos, podemos já ver experiências interessantes que começam a apontar novos e engenhosos caminhos, apoiados na diversificação de receitas, na autogestão baseada na participação da comunidade, nos projectos culturais a longo prazo, na internacionalização. Caminhos que ajudam a criar sentido e a inspirar entusiasmo. Aceitemos, portanto, repensar, reestruturar, refazer, mas não sufocar e destruir. Vamos defender a cultura como se defende a educação, ou a saúde, ou a justiça: com convicção e sem pudor.

**(\*) Técnica Superior de Cultura. Sócia da AGEAL**